

AASPT

ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

Relatório e Contas

2018





AASPT

**ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL
DA PORTUGAL TELECOM**



**RELATÓRIO E CONTAS
2018**



Mensagem do Presidente da Direcção

Senhores Associados,

O ano de 2018 foi o segundo ano do mandato da actual Direcção, durante o qual se procurou consolidar as práticas políticas anunciadas e determinadas no primeiro ano do mandato, o ano de 2017.

Como consequência da implementação das medidas referidas no ano anterior de 2017 a Direcção não conseguiu inverter os resultados negativos e terminar o exercício positivo.

Não obstante as alterações operadas o exercício do ano de 2018, influenciado por um lado pelo aumento dos custos com o pessoal originados pela aproximação feita às normas do Contrato Colectivo de Trabalho aplicável à AASPT e por outro em consequência da quebra acentuada da facturação quer da UI quer da Fisioterapia com maior significado no último semestre do ano, não conduziu e não terminou com os resultados esperados e desejados.

Durante o exercício corrigiram-se algumas políticas a nível dos novos clientes e cumpriu-se todo um programa de investimentos necessários e urgentes destacando-se os executados para melhoria da segurança das pessoas, dos utentes e do edifício bem como os orientados para a redução de custos.

A Direcção espera que este programa de investimentos permita encarar o futuro com confiança. Confiança esta que também se perspectiva com a ampliação das instalações de Chelas se os contactos com a CML para a cedência do lote de terreno contíguo (lado topo norte), vierem a ter uma decisão favorável.

A Direcção agradece à Altice o apoio concedido quer monetário quer em cedência do espaço Cantina para a Ceia de Natal, evento que foi retomado satisfazendo o pedido de muitos Associados.

Agradece a todos os colaboradores pelo empenho demonstrado ao longo do ano e agradece também aos fornecedores a prontidão na satisfação das encomendas solicitadas.

A Direcção reitera aos senhores Associados a firme vontade em continuar a lutar por uma Associação viva e saudável, pela qualidade dos serviços prestados aos seus utentes, diversificando as actividades e continuando a produzir eventos que proporcionem encontros saudios, alegria para viver e bem estar desta etapa das suas vidas.

É este o propósito da Direcção

O Presidente


ÓRGÃOS SOCIAIS

DIRECÇÃO

Manuel Joaquim Rodrigues

Presidente

Joaquim Nunes da Fonseca

Vice Presidente

Agripina Pires Marques Coelho

Vogal

Carlos Alberto Glória

Vogal

Fernando José Bastos Nunes Carvalho

Vogal

João Alfredo Boavida Arriscado

Vogal

Maria João dos Santos Rocha Martins

Vogal

Maria Leonor Martins

Vogal

Zélia Albino Loures Piçarra Martins da Silva

Vogal

SUPLENTES (Direcção)

Francisco Alvarez Rodrigues

Gina Maria Caetano Sacramento

Teresa Maria Pedroso Areosa da Cruz

ASSEMBLEIA GERAL

Manuel Marques Barreiro

Presidente

Carlos Manuel F. Martins

1º Secretário

Maria Clara Guimarães Fernandes

2º Secretária

CONSELHO FISCAL

José Adelino Martins Vaz

Presidente

Carlos José Rodrigues Sousa Carinhas

Vogal

Miquelina do Rosário

Vogal

SUPLENTES (Conselho Fiscal)

António José Gil Morgadinho

Joaquim Lopes Nunes Escudeiro

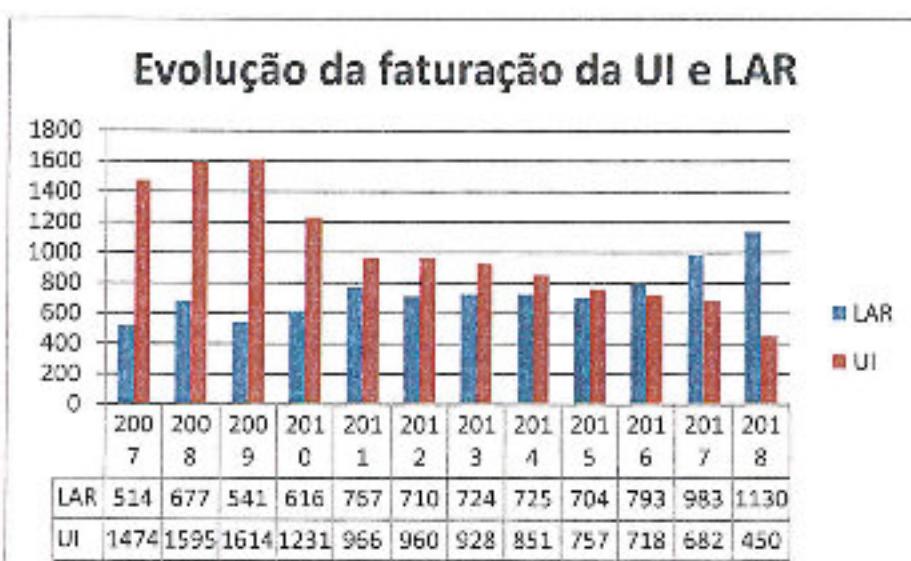
Paulo Fernando Caparica Polónia

RESUMO DA ACTIVIDADE

Durante o ano de 2018 a actividade da AASPT ficou marcada por três factos que, por eles sós, condicionaram os resultados do ano. Dois de modo negativo e o terceiro de modo positivo.

I - A UI atingiu a facturação mais baixa de sempre. Como os meios em médicos e enfermeiros foram determinados pela capacidade disponível nesta unidade, resulta que a margem bruta desta valência (-39,7 m€) afectou em baixa os resultados finais da AASPT. Esta situação obrigou a que, no final de 2018, a Direcção redefinisse a política comercial a desenvolver para a captação de mais utentes de modo a conseguir uma utilização melhorada dos meios disponíveis, com o consequente aumento da sua rentabilidade.

II - Em contra partida, na facturação do LAR verificou-se um excelente acréscimo de 146,7 m€, mas insuficiente para contrabalançar os desvios negativos da UI.



Nesta valência LAR, tem vindo a verificar-se progressivamente um agravamento das condições de saúde e grau de autonomia dos utentes, com reflexo no aumento dos custos de funcionamento. Particularmente na necessidade de mais apoio de enfermeiros e médicos. Este agravamento resulta não só do envelhecimento dos utentes mais antigos como também de os novos utentes procurarem o LAR em condições físicas menos boas.

Conforme escala de Katz indicam-se as evoluções com base nos 70 utentes residentes no LAR no mês de Dezembro.

EVOLUÇÃO DA AUTONOMIA		
Utentes	situação à entrada	situação em dez/18
20	autónomos	autónomos
3	autónomos	semi dependentes
6	autónomos	dependentes
5	autónomos	grandes dependentes
9	semi dependentes	semi dependentes
2	semi dependentes	dependentes
1	semi dependentes	grandes dependentes
17	dependentes	dependentes
2	dependentes	grandes dependentes
5	grandes dependentes	grandes dependentes

EVOLUÇÃO DO GRAU DE AUTONOMIA (escala de Katz)				
grau de autonomia	autónomo	semi dependente	dependente	grande dependente
situação à entrada	34	12	19	5
%	48,6	17,1	27,1	7,1
situação em dez/18	20	12	25	13
%	28,6	17,1	35,7	18,6

Da análise dos quadros verifica-se que a situação de autonomia e condições de saúde se degrada sistematicamente ao longo do tempo de residência. Em Dezembro de 2018, comparando a situação de cada utente à entrada com a desta data, o grupo de dependentes e grandes dependentes passou de 34,2 % para 54,3 %.

iii - A aplicação legal dos níveis de vencimento para as diferentes profissões existentes na AASPT, conforme o ACT em vigor, determinou um aumento considerável nos custos com pessoal.

Este aumento e a diminuição da facturação da UI influenciaram de forma muito negativa os resultados do ano. Em relação a 2017, a redução do resultado antes de amortizações foi de 133 m€.

iv - Face à diminuição da facturação verificada na UI, os OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS vêm a ter um peso relativamente elevado nos proveitos da AASPT. Cerca de 22%. Em 2017 foi de 13%.

v - À semelhança dos anos anteriores, realizaram-se diversas acções conducentes a uma melhor fruição da estadia no LAR dos utentes e alguns casos das respectivas famílias.

Destacam-se a FESTA DE ANIVERSÁRIO DA AASPT (25 de Fevereiro), o grande ALMOÇO ANUAL dos associados, festa de convívio nos SANTOS POPULARES, degustação de um PORCO ASSADO NA BRASA em encontro de utentes, familiares e amigos, um MAGUSTO DE S. MARTINHO e a CEIA DE NATAL.

vi - Pudemos contar, por parte da Altice, com um subsídio destinado a comparticipar no custo dos investimentos a realizar na AASPT, quer em equipamentos, quer na melhoria das condições de conforto dos residentes do LAR.

Os custos da Ceia de Natal foram comparticipados pela Fundação PT, bem como a cedência do espaço necessário à sua realização.

Em 2018, a Fundação PT, generosamente, aceitou também subsidiar os custos das nossas telecomunicações. A AASPT, em nome de todos os associados, e junto da Administração da Altice, desde já expressa o seu grande agradecimento pelos contributos doados.

vii - A AASPT agradece também aos seus fornecedores as boas relações que tem sido possível manter, garantindo os fornecimentos dos bens necessários à sua actividade, quer em preços, quer em prazos de entrega.

Em particular aos que, como a Artifofo, a Farmácia Bela Vista, a Superbock e a Tecnifur, contribuíram com géneros e/ou monetariamente para os eventos promovidos pela AASPT com destino aos utentes e sócios.

viii - A actividade da AASPT não poderia ser mantida nos níveis de qualidade e bons serviços sem o esforço e empenho dos seus colaboradores. Aqui fica expresso o profundo agradecimento pelo seu trabalho e desempenho em cada uma das funções.

ix – A 31 de Dezembro de 2018 a AASPT contava com 96 efectivos repartidos pelas diferentes funções.

Director Clínico	1
Directora técnica (LAR)	1
Médicos internistas	4
Médicos fisiatras	2
Enfermeiros	21
Terapeuta da fala	1
Terapeuta acupacional	1
Técnicas de fisioterapia	3
Fisioterapeutas	3
Auxiliares de acção médica	22
Ajudantes de acção directa	20
Auxiliares serviços gerais	12
Administrativas	5

INVESTIMENTOS



INVESTIMENTOS

a - O programa de investimentos iniciado em 2017 continuou em 2018 de modo a dotar a AASPT de instalações com as mais desejáveis condições para o desempenho das suas atribuições, seja no LAR seja na UI ou MFR. O valor total ascendeu a 152,3 m€. Em 2017 o investimento foi de 142 m€.

b - Todos os investimentos foram realizados com meios próprios. Meios libertos pela actividade e resultantes de subsídios recebidos para esse efeito.

c - Destacamos, por corresponderem a cerca de 90% do total, os seguintes :

- Reparação do pavimento do 2º piso (continuação de 2017).
- Instalação de painéis solares para aquecimento de Águas Sanitárias.
- Mobiliário diverso.
- Equipamentos médicos.
- Recuperação das instalações da Tomás Ribeiro.
- Remodelação e modernização do sistema de segurança contra incêndios.

d - Painéis fotovoltaicos

Instalados em Junho de 2017, iniciaram o funcionamento em Julho. 2018 foi o ano completo de produção de energia eléctrica substituta do abastecimento da rede exterior.

A diminuição do consumo foi de 40 282 KWh, originando uma redução nos custos de 4 868 €, com uma rentabilidade de cerca de 8%.

e - Painéis solares

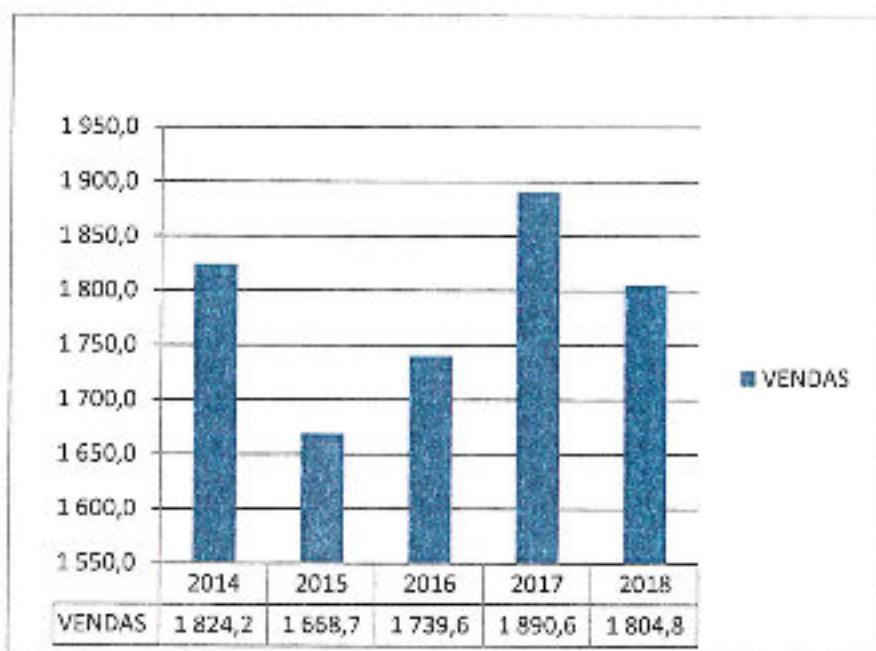
Entraram em funcionamento em Abril de 2018. Comparando o período de Maio a Dezembro dos anos 2018 e 2017, verificou-se uma redução no consumo de gás de 5 511 m³, equivalente a uma redução do custo do gás de 3 151€. Correspondente a uma rentabilidade de cerca de 10 %.

RELATÓRIO DA GESTÃO



1 - PROVEITOS DA ACTIVIDADE

1.1 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS



Em relação ao ano anterior o decréscimo de 100,5 € (5,3 %) ficou a dever-se à grande redução da facturação da UI. No entanto em relação a 2016 verificou-se um ligeiro crescimento de 50,5 m€ (3 %).

1.2 - FACTURAÇÃO POR VALÊNCIA

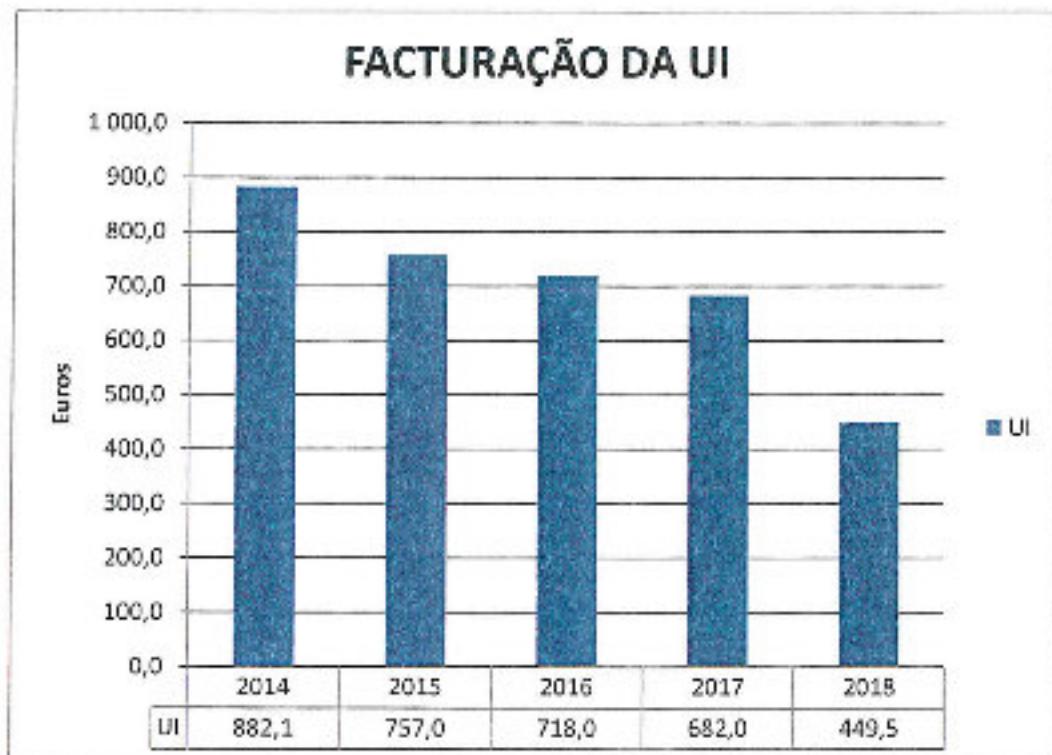
1.2.1 - LAR



As medidas tomadas para uma melhor rentabilização do LAR, principalmente as que possibilitaram o aumento de utentes, levaram a um crescimento da facturação desta valência de cerca de 146,7 m€ (15 %) em relação a 2017. Em relação ao ano de 2016 o crescimento foi de 337 m€ (43 %).

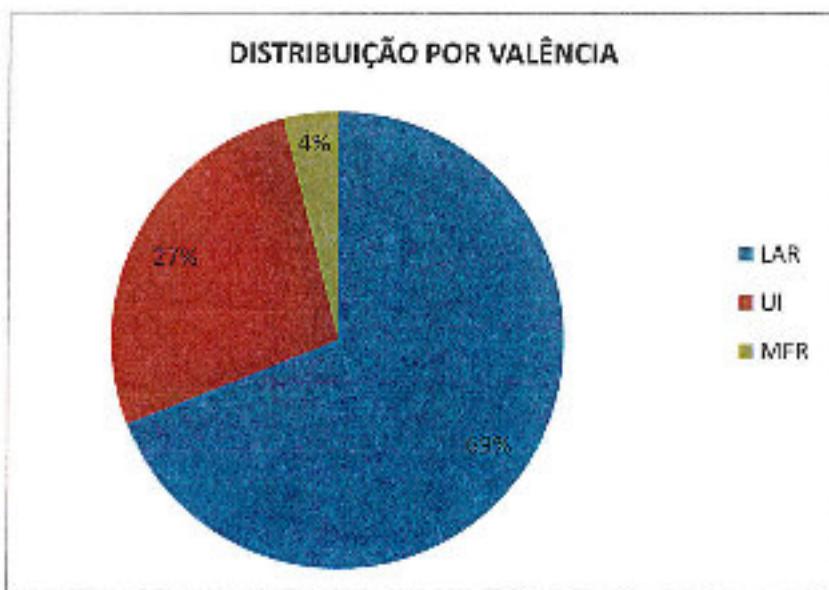
Em 2018 foi solicitado à Segurança Social o aumento da capacidade para 70 utentes.

1.2.2 – UI



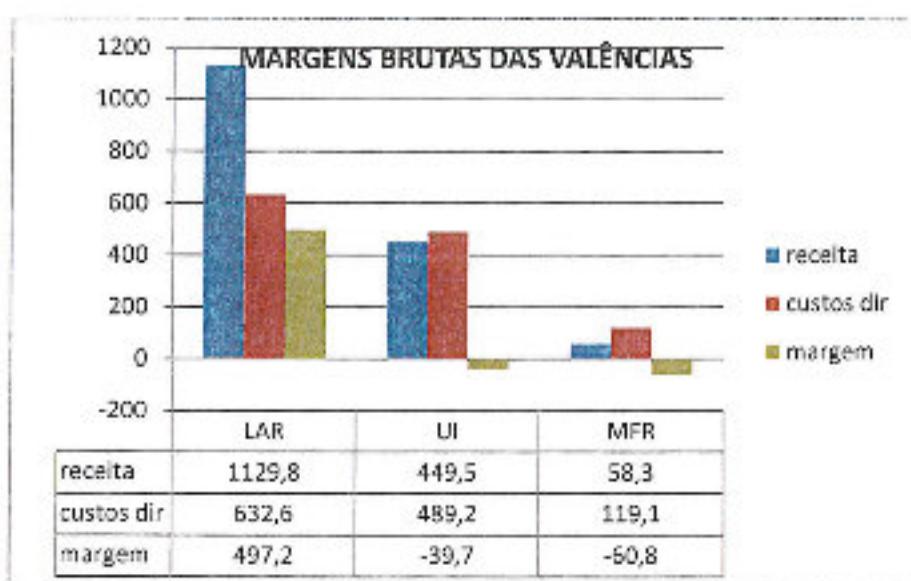
Foi na UI que a actividade teve o pior desempenho. Verificou-se um decréscimo de 232,5 m€ (34 %) em relação ao ano anterior. Já em relação a 2016 o decréscimo foi maior, situando-se em 268,5 m€ (37 %). A capacidade anual desta valência, de 7 920 dias, foi utilizada apenas em 4 533 dias correspondentes a 57 %.

1.2.3 – DISTRIBUIÇÃO DA FACTURAÇÃO POR VALÊNCIAS



O peso do LAR passou de 57 % em 2017 para 69 % em 2018. A valência MFR, sendo mais uma valência de apoio do que de negócio, manteve-se nos 4 % em 2017 e 2018.

1.3 – MARGEM BRUTA DAS VALÊNCIAS



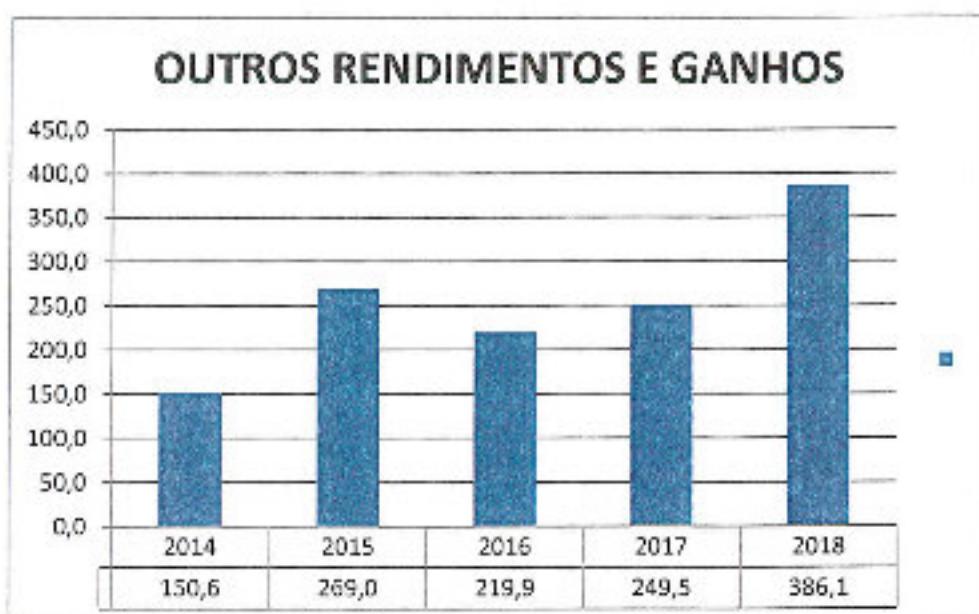
As valências UI e MFR, em conjunto, contribuíram com uma margem bruta negativa de 100,5 m€. No caso da MFR, as receitas apenas cobrem cerca de metade dos encargos com pessoal. O caso mais desvantajoso é o da UI em que os custos associados à actividade foram superiores à receita gerada.

1.4 – QUOTIZAÇÕES



O número de sócios a pagar quotas tem vindo a diminuir nos últimos anos. A excepção de 2016 ficou a dever-se ao aumento da quota aprovado em assembleia geral de 2015 passando de 2 € para 2,5 € mensais. Algumas acções levadas a cabo em 2018 proporcionaram a entrada de novos sócios e a recuperação de valores atrasados minimizando a tendência de queda do valor recebido.

1.5 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS



No grupo destes rendimentos salientam-se, pela sua natureza especial, os que não dependeram da actividade de 2018.

1.5.1 - GANHOS ESPECIAIS (m€)

Alienações	27,0
Relativos a períodos anteriores	48,1
Imputação de subsídio	171,1
Consignação de IRS	28,3
Consignação de IVA	1,3
Restituição da TMPC	4,9
total	280,7
percentagem do total	72%

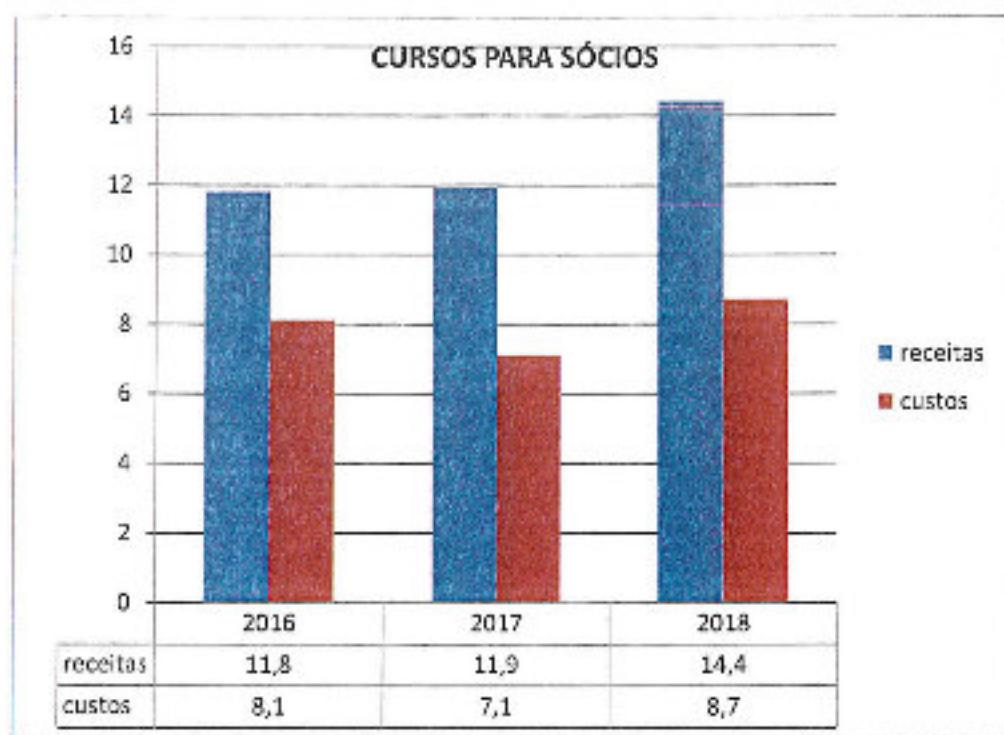
1.5.2 - OUTROS DEPENDENTES DA ACTIVIDADE

Dada a sua maior relação com os associados, mostra-se a evolução do BAR e dos CURSOS PARA SÓCIOS levados a cabo nas instalações da Tomás Ribeiro.

No caso do BAR, uma gestão mais eficaz levou a que a margem bruta tivesse crescido em 2017 e 2018. Neste ano, os recursos libertos no BAR permitem suportar os encargos com a funcionários que ai presta serviço.

No caso dos CURSOS para sócios o crescimento verificado em 2018 sugere que é uma área onde a AASPT poderá obter benefícios, quer sociais quer económicos. Para tal deverá reformular-se a política adoptada até agora de modo a alargar as áreas de formação e informação aumentando e melhorando a ocupação das

Instalações da Tomás Ribeiro. O objectivo é gerar receitas suficientes para cobrir os custos. A margem bruta passou de 3,7 m€, em 2016, para 5,7 m€ em 2018.



A recuperação das instalações da antiga padaria no edifício da Tomás Ribeiro, com as obras levadas a cabo, veio permitir a criação de um espaço de convívio e estar para os sócios.
Prevê-se que daqui resulte um acréscimo das verbas provenientes de BAR.

1.5.3 – OUTRAS VENDAS E SERVIÇOS

67
67
67
67
67

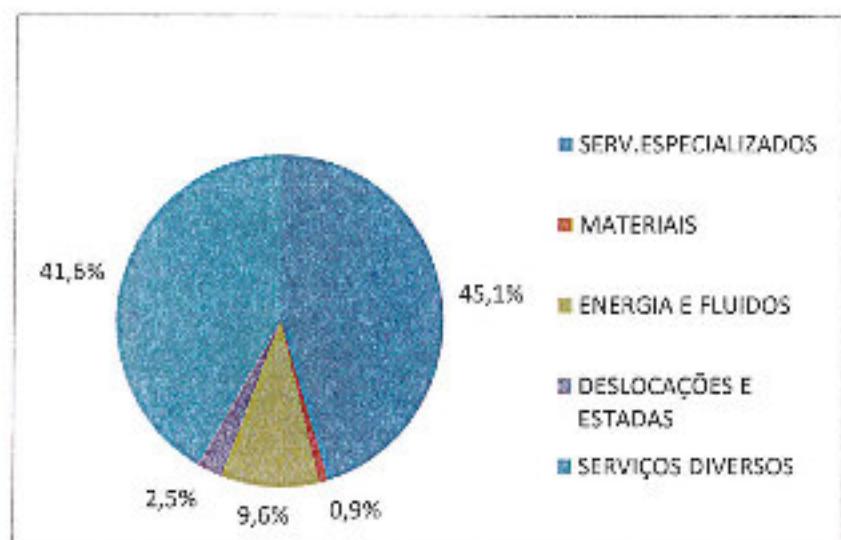
	2014	2015	2016	2017	2018
BAR	20,8	21,4	21,6	27,6	31,2
CURSOS	10,3	10,6	11,8	11,9	14,4
ALUGUER MEO	20,3	14,3	13	13	13
RENDAM TOMÁS RIBEIRO	1,7	4,4	3,3	0	0
MEDICAMENTOS	5,7	4,8	4,4	6,5	6,9
DESC. PRONTO PAGAMENTO				0,8	4,7
TOTAL	58,8	55,5	54,1	59,8	70,2



2 – CUSTOS DA ACTIVIDADE (m€)

2.1 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

2.1.1 - DISTRIBUIÇÃO



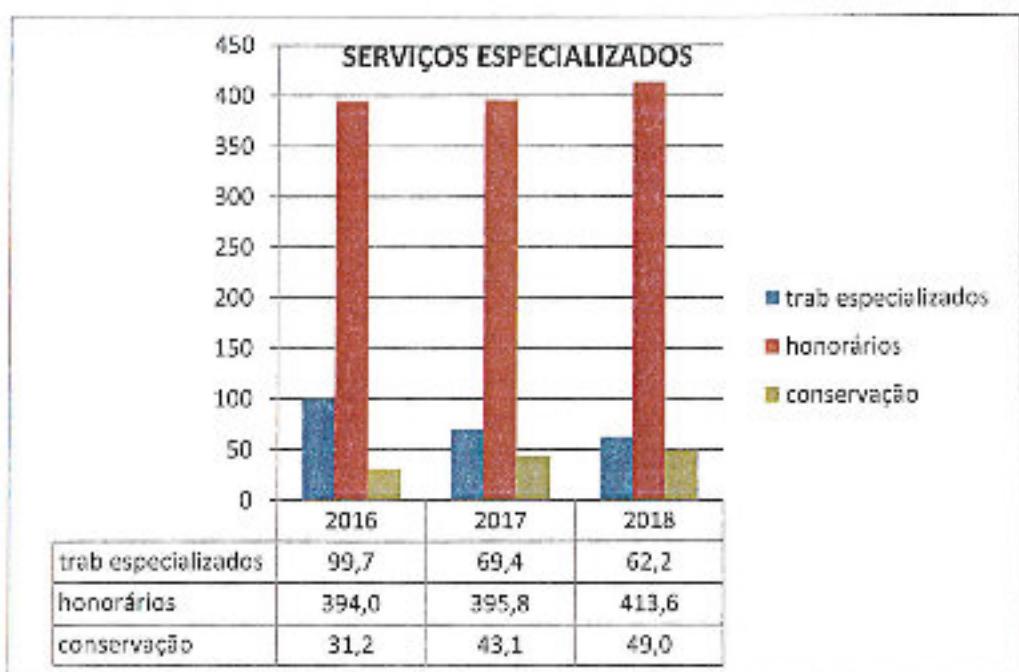
Aos SERVIÇOS ESPECIALIZADOS e SERVIÇOS DIVERSOS correspondem cerca de 87 % do total.

2.1.2 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (528 755,39 €)

Em relação a 2017 estes custos cresceram 3 %. Cerca de 99,2 % correspondem aos custos com TRABALHOS ESPECIALIZADOS (serviços médicos, contabilidade, formação, transportes em ambulância, assistência técnica de F3M, ELO, jardinagem e outros) no valor de 62 179,32 €, custos com HONORÁRIOS (médicos, enfermeiros, apoio à gestão) no valor de 413 620,20 € e CONSERVAÇÃO no valor de 48 927,24 €.



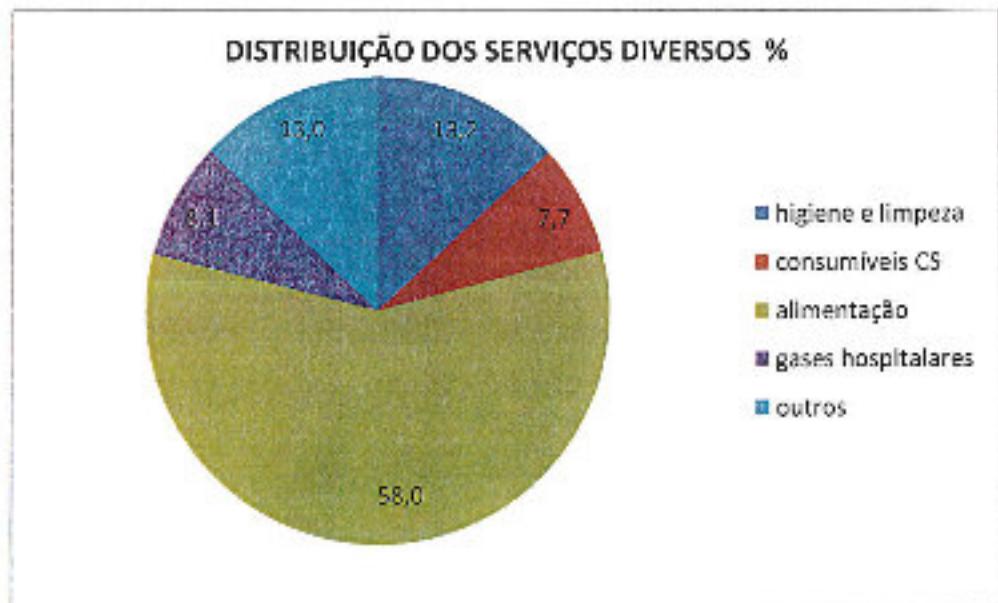
DISTRIBUIÇÃO POR NATUREZA



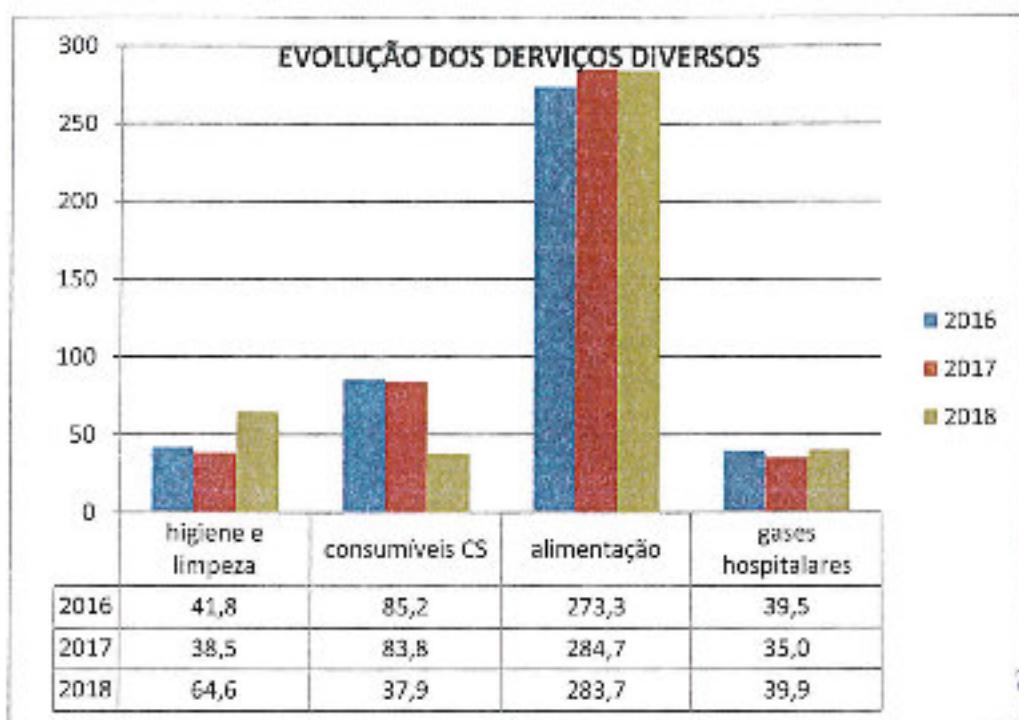
2.1.3 – SERVIÇOS DIVERSOS (488 307,90 €)

Em relação a 2017 verificou-se uma diminuição de 3 %. No entanto nesta conta deixaram de ser contabilizados os CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS que passaram a uma conta própria.

Cerca de 87 % destes serviços repartem-se por três grupos de despesas. HIGIENE E LIMPEZA (64 569,88 €), CONSUMÍVEIS DO CENTRO SOCIAL (37 850,51 €), ALIMENTAÇÃO (283 527,73 €) e GASES HOSPITALARES (39 899,97 €).



DISTRIBUIÇÃO POR NATUREZA



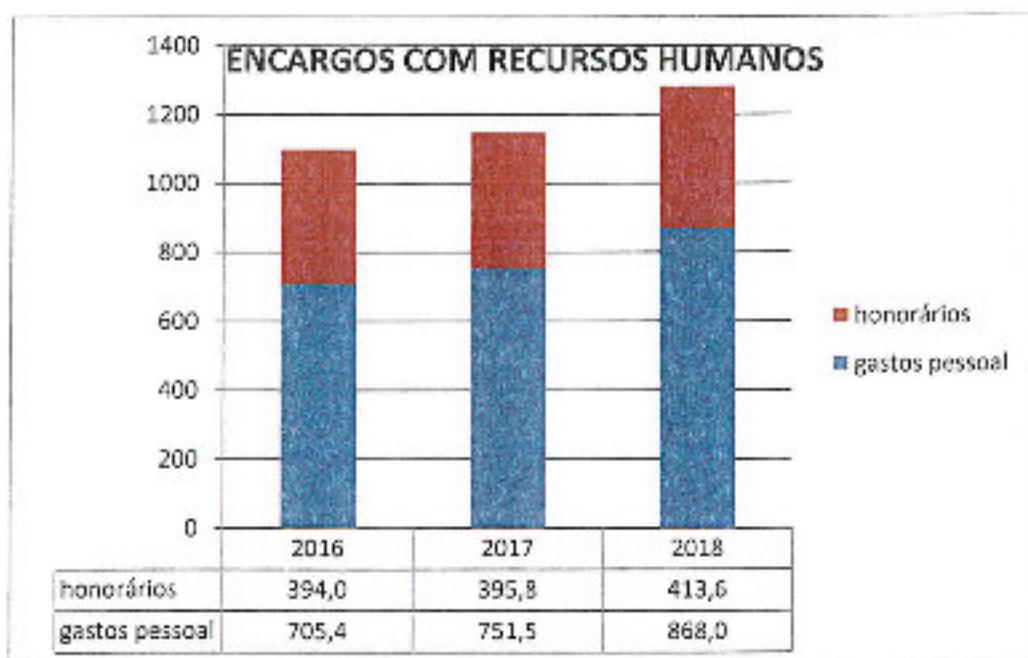
2.2 – GASTOS COM PESSOAL



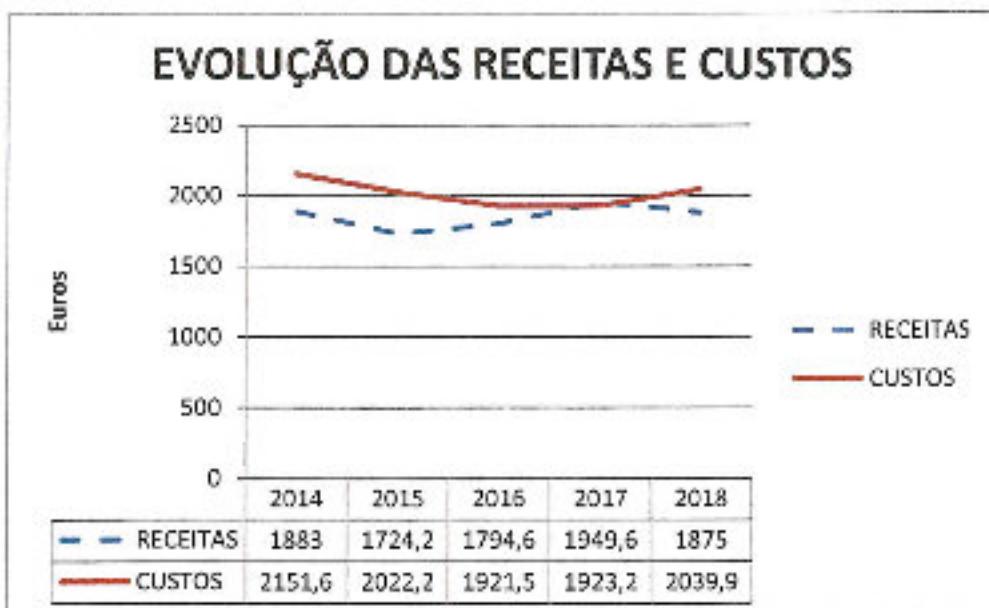
Em relação a 2017, o acréscimo de 15,2 % foi motivado por três factores : aumento do salário mínimo, posicionamento dos vencimentos conforme os níveis do ACT e atribuição de diuturnidades também por imposição do ACT em vigor para as IPSS.

L
4
DP
2017
6
Vaz
95
US
P

Estes gastos com pessoal apenas cobrem uma parte do custo global com recursos humanos. Cerca de 70%. O restante corresponde a HONORÁRIOS onde se incluem principalmente os enfermeiros.



2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E CUSTOS



A relação equilibrada conseguida em 2017 deteriorou-se em 2018 pelas razões já apontadas. Menos facturação e maiores custos com pessoal.

3 – RESULTADOS

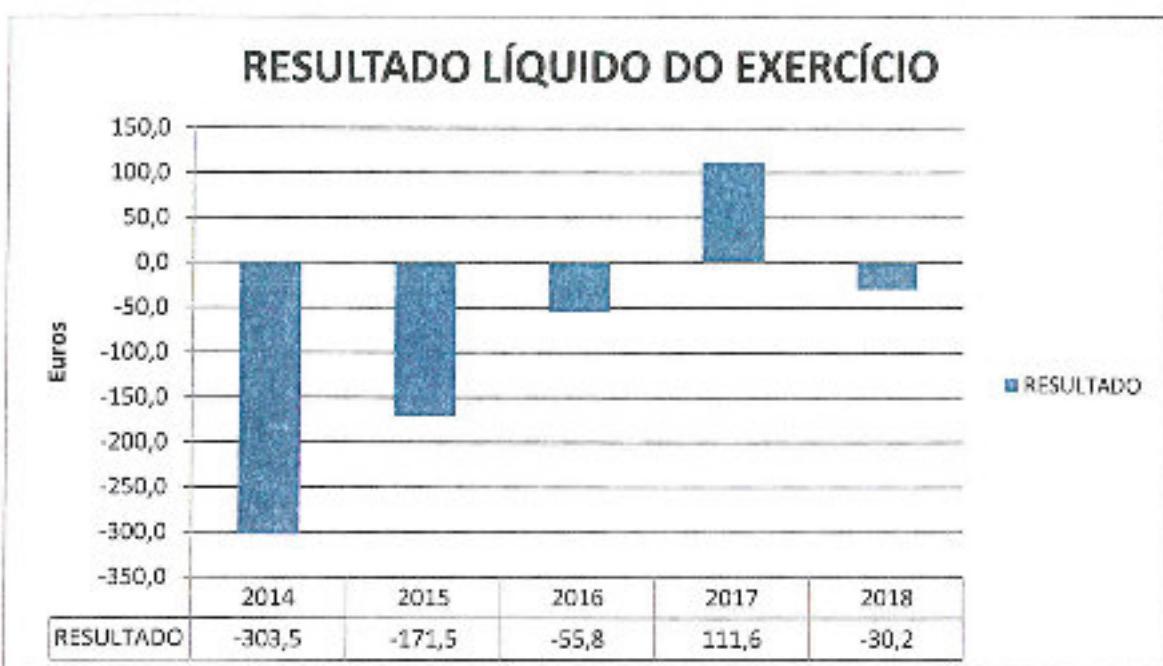
3.1 – RESULTADOS ANTES DE AMORTIZAÇÕES



3.2 – AMORTIZAÇÕES



3.3 – RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO



4 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção propõe que o RESULTADO LÍQUIDO, no valor de -30.171,98 Euros, seja transferido para a conta de RESULTADOS TRANSITADOS.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento da alínea c) do artigo 44º dos Estatutos da Associação de Apoio Social da Portugal Telecom, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2018, apresentados pela Direção.

Em relação aos elementos disponibilizados pela Direção, examinamos o Relatório e Contas, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras da Associação, as quais incluem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de 4.817.096,97 euros e um total do fundo de capital 4.534.675,30 euros incluindo um resultado líquido negativo de 30.171,98 euros), e a Demonstração de Resultados por Naturezas, assim como os respectivos anexos.

O Conselho Fiscal procedeu por amostragem à análise das contas, nas suas vertentes, contabilística, financeira e fiscal, com principal incidência nos seguintes aspectos:

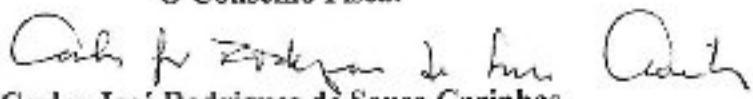
- A sua relevância material;
- A verificação da adequabilidade dos registos contabilísticos ao plano de contas em vigor para as ESNL (entidades do sector não lucrativo);
- A confirmação dos saldos de natureza financeira, com especial enfoque nos saldos bancários;
- A verificação da conformidade do valor dos impostos e taxas relevantes nas contas da Associação.

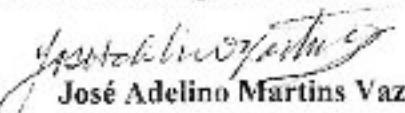
Assim, o Conselho Fiscal é da opinião que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão apresentados pela Direção, assim como a proposta de aplicação dos resultados, satisfazem os requisitos legais e estatutários pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

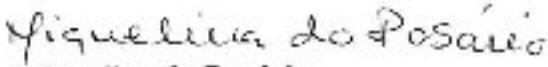
Finalmente, o Conselho Fiscal quer expressar à Direcção e aos demais colaboradores da Associação o seu apreço pela colaboração que lhe prestaram no exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de Abril de 2019.

O Conselho Fiscal


Carlos José Rodrigues de Sousa Carinhas


José Adelino Martins Vaz


Miquelina do Rosário

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - em 31.12.18 e em 31.12.17

Versão definitiva

Valores: Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	31.12.18	31.12.17	VARIACAO
Vendas e serviços prestados	14	1.804.789,19	1.890.616,10	-85.826,91
Subsídios, doações e legados à exploração	15	57.740,00	55.872,00	1.868,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-68.357,95	0,00	-68.357,95
Fornecimentos e serviços externos	17	-1.171.900,26	-1.171.724,77	-175,49
Gastos com o pessoal	18	-867.998,68	-751.517,74	-116.480,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	809,68	-809,68
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)		2.515,49	0,00	2.515,49
Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	-869,31	869,31
Outros rendimentos e ganhos	19	389.716,69	249.454,46	140.262,23
Outros gastos e perdas		-5.595,93	-15.717,72	10.121,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financ.e impostos		140.908,55	256.922,70	-116.014,15
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	-171.080,53	-145.357,43	-25.723,10
Resultado operacional (antes de gastos de financ. Impostos)		-30.171,98	111.565,27	-141.737,25
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-30.171,98	111.565,27	-141.737,25
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-30.171,98	111.565,27	-141.737,25

Direção

Tuiz
Blavemunt

Contabilista Certificado

Martins da Cunha
n.º 19819

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

BALANÇO em 31 / 12 / 2018 e 31/12/2017

Valores expressos em Euros

Rubricas	Notas	31/12/18	31/12/17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	3.668.175,97	3.681.471,79
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros		3.536,65	2.755,37
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dauderes/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		3.671.712,62	3.684.227,16
Ativo corrente			
Inventários		14.608,23	0,00
Clientes	8	99.963,84	124.368,91
Adiantamentos a fornecedores		0,00	1.983,07
Estado e outros entes públicos	12	47.431,99	39.639,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dauderes/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	9	77.045,72	66.476,85
Diferimentos		3.698,60	2.941,65
Outros ativos financeiros		20.000,00	20.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	882.645,89	1.057.236,35
Subtotal		1.145.384,35	1.325.646,35
Total do ativo		4.817.096,97	5.009.873,51
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	25.176,86	25.176,86
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	5 e 10	871.494,45	1.910.397,10
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	5 e 10	3.668.175,97	2.773.902,42
Subtotal		4.564.847,28	4.709.376,45
Resultado líquido do exercício		-30.171,98	111.565,27
Total do fundo de capital		4.534.675,30	4.820.941,73
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	Subtotal	0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	104.422,92	61.101,62
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12	29.795,27	24.994,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dauderes/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	230,53
Outras contas a pagar	13	148.203,48	102.624,78
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		282.421,67	188.931,78
Total do Passivo		282.421,67	188.931,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.817.096,97	5.009.873,51

A Direção

Tony
Estevam

Estevam

João

J-A

O Contabilista Certificado

nº 19879

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Período findo em 31.12.18 e 31.12.2017

Rendimentos e Gastos	NOTAS	2018	2017
Valores expressos em Euros			
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.821.409,50	1.692.946,41
Recebimentos/Pagamento de subsídios		57.740,00	55.872,00
Pagamento de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1.175.534,80	-1.262.181,91
Pagamentos ao pessoal		-855.822,80	-725.806,59
Caixa geradas pelas operações		-152.209,10	-39.172,09
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		89.476,31	85.463,93
Fluxos das atividades operacionais (1)		-62.732,79	46.291,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-174.258,74	-147.196,47
Ativos intangíveis		0,00	-984,74
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		59.000,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		3.104,76	57,81
Dividendos		296,31	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		-111.857,67	-148.123,40
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-174.590,46	-101.831,56
Efeitos das diferenças de câmbo		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.077.236,35	1.179.087,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	902.845,89	1.077.238,35

O Contabilista Certificado

*Martim da Cunha
nº 19549*

*A Direção
Sousa
Faria
Tavares
Gonçalves*

*Orsi
D. Paula*

Associação de Apoios Social da Portugal Telecom

Anexo às demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018

1. Identificação da entidade

A Associação de Apoio Social da Portugal Telecom (referida neste documento como AASPT ou Associação) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua Engenheiro Ferreira Dias, S/N – Lisboa. A sua atividade tem como principais objetivos a defesa e proteção dos interesses sócio - económicos dos seus associados, complementares aos esquemas oficiais de proteção social, junto das entidades oficiais. Os órgãos sociais definidos pelos Estatutos, são a Assembleia Geral, Direção e o Conselho Fiscal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as disposições que integram o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo, reguladas pelos seguintes diplomas:
 - Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março (Sistema de Normalização Contabilística para entidades do sector não lucrativo);
 - Portaria nº 105/2011, de 10 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras);
 - Portaria nº 106/2011, de 10 de março (Código de Contas);
 - Aviso nº 6726-B/2011, de 10 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo).
- 2.2. As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos regtos contabilísticos da AASPT, para um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria nº 105/2011, de 10 de março, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos valores em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas a que seguidamente referiremos, as quais foram aplicadas de forma consistente, salvo indicação em contrário.

- **Continuidade** - No pressuposto que continuará a desenvolver as suas atividades operativas, assumindo que não há intenção, nem necessidade de reduzir ou extinguir o nível das mesmas;
- **Regime da periodização económica (acrédito)** - A Associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento", por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos";
- **Materialidade e agregação** - As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras;
- **Compensação** - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos bens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa;
- **Comparabilidade** - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do exercício precedente. Quando ocorrem alterações significativas, quer no nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que estão na sua base, estas situações encontram-se devidamente explanadas e justificadas neste Anexo, proporcionando desta forma informação adequada para os leitores das demonstrações financeiras.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis ao processo de compra e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com as grandes reparações e beneficiações são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando ocorra aumento da vida útil ou a

Nº 4
capacidade de gerar benefícios económicos futuros para a Associação e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenções e reparações de natureza corrente são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Pág 5
As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os principais ativos fixos tangíveis constam do quadro abaixo:

	Anos
Edifícios e outras construções	12 a 50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	5 a 12

S-AB
Os bens de valor de aquisição inferior a 1.000 euros são depreciados integralmente no primeiro período de utilização.

AV
As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate dos ativos são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico do ativo, sendo reconhecidas nas demonstrações financeiras como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados, consoante se trate de um ganho ou perda, respetivamente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

AV
São registados ao custo deduzido de amortizações e de eventuais perdas de imparidade. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada.

3.2.3. Investimentos financeiros

A classificação dos investimentos financeiros é efectuada na data do reconhecimento inicial, sendo mensurados ao custo deduzido de qualquer perda de imparidade.

3.2.4. Inventários

São reconhecidos ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas suportadas com a sua aquisição. Posteriormente são valorizados ao menor do custo de aquisição ou o valor realizável líquido. O método de cálculo dos inventários é o custo médio ponderado.

À data de relato financeiro, são ajustados por imparidades sempre que os materiais ou produtos ultrapassem o prazo de validade ou deixem ser aplicáveis na atividade operacional.

3.2.5. Clientes, Utentes e outras dívidas a receber

As contas a receber classificadas como ativo corrente são reconhecidas pelo respetivo valor nominal (custo), deduzidas de eventuais perdas de realização estimadas (perdas por imparidade). Estas são constituídas de acordo com critérios de avaliação de riscos de cobrança, deletados no final de cada exercício e registadas por contrapartida de resultados,

N.º 2-A
sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique em período posterior, uma redução ou reversão do montante da perda estimada.

3.2.6. Imparidade de ativos

A data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra escriturado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade desse ativo. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável, sendo este último o mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

3.2.7. Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica compreende os valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Os descontos bancários são apresentados no Balanço, como passivo corrente, ou seja, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.2.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens e serviços, sendo reconhecidos pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com o CIRC- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (nº 1 do artigo 10º), estão isentas deste imposto as pessoas coletivas de utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente. Na citada legislação é ainda referido (nº 3 do artigo 10º do CIRC) que "A isenção prevista não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutário, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da lei em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominantemente, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º ano posterior àquele em que tenha sido obtido;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas".

Nestes termos, a AASPT encontra-se isenta de IRC, ac abrigo do artigo acima referido.

flam
Tanç

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção que de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos contado a partir do termo que se verificou o ato tributário. Face ao exposto, as declarações fiscais relativas aos exercícios de 2014 a 2017, poderão estar sujeitas a revisão por parte da Autoridade Tributária.

3.2.10. Fundos Patrimoniais

A rubrica em referência constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos, sendo composta por:

- Fundo Social;
- Resultados transitados;
- Outras variações nos fundos patrimoniais.

3.2.11. Rédito

O rédito da AASPT comprehende essencialmente a prestação de serviços, liquida de eventuais descontos, no âmbito das atividades desenvolvidas. Pela importância, destacam-se os serviços prestados a associados no âmbito de ação social em Lar, prestação de cuidados de saúde em regime de internamento e de medicina física e reabilitação. O rédito de serviços de Lar e de prestação de serviços de saúde é reconhecido numa base mensal e em função dos períodos de permanência e dos serviços prestados.

Fazem ainda parte dos réditos as quotas recebidas dos associados. No final de cada ano, ao rédito reconhecido das quotizações cobradas, é ainda acrescido de uma estimativa dos valores em dívida que se espera cobrar no ano seguinte.

3.2.12. Subsídios, doações e legados

Estes tipos de benefícios, incluindo os não monetários, só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições que lhes estão associados e que irão ser recebidos.

Os subsídios, doações e legados associados a ativos são reconhecidos inicialmente na conta de "Outras variações nos fundos patrimoniais" pertencente à rubrica de "Fundos patrimoniais", sendo posteriormente reconhecidos como rendimentos na mesma base da depreciação dos ativos a que estão relacionados.

Os subsídios, doações e legados destinados à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados no mesmo período em que ocorrem os gastos com o desenvolvimento das atividades associadas aos fins estatutários.

3.2.13. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes com os benefícios de curto prazo dos empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios de curto prazo englobam os ordenados, subsídios de alimentação, subsídio de férias e Natal e outras remunerações, bem como os respetivos encargos sociais associados às mesmas.

N.B.
J-A
fl
AT
AS
GD
6
DR
Lary

De acordo com a legislação laboral vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um período de 22 dias úteis de férias, assim como a um mês de subsídio de férias, sendo que este direito é adquirido no ano anterior ao seu pagamento. Neste sentido, estas responsabilidades são reconhecidas no ano em que se adquire o direito, independentemente da data do seu pagamento, através da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos".

3.2.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Associação adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente sobre os acontecimentos e transações à data da preparação das Demonstrações Financeiras, assim como da experiência de situações passadas ou correntes.

Os principais juizes de valor e estimativas refletidas nas demonstrações financeiras incidem sobre as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e registo dos valores das quotizações a receber de associados.

3.2.15. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica de "Caixa e seus equivalentes", os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos, que possam ser imediatamente mobilizados ou com um vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" desagregam-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017	Variação
Caixa	3.400,46	5.163,42	-1.762,96
Depósitos à ordem	525.525,59	728.358,54	-202.832,95
Depósitos a prazo	353.719,84	323.714,39	30.005,45
Outros instrumentos financeiros	20.000,00	20.000,00	0,00
Total dos Meios Financeiros Líquidos	902.645,89	1.057.236,35	-154.590,46

Os juros obtidos referentes aos meios financeiros líquidos, nomeadamente os derivados dos depósitos a prazo, totalizaram em 2018 a quantia de 3.350,54 euros (2017: 1.057,81 euros), tendo sido registados nos resultados, ou seja, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente, não tendo sido alteradas quaisquer políticas ou estimativas contabilísticas definidas no número 3 do presente Anexo, com exceção do tratamento contabilístico dado aos valores por cobrar de quotas de associados, os quais à data do relato foram estimados de acordo com as expectativas de cobrança.

No período findo em 31.12.18, foi identificado uma insuficiência no saldo que figurava na conta de "Outras variações nos Fundos Patrimoniais", visto que o valor dos subsídios ao investimento refletido nesta conta não correspondia ao valor líquido dos ativos fixos tangíveis subsidiados. Esta regularização processou-se no âmbito da rubrica dos Fundos Patrimoniais, ou seja, por transferência de Resultados Transitados do valor em falta para a conta em causa.

6. Ativos Intangíveis

Esta rubrica respeita ao software adquirido para suporte das atividades operacionais e administrativas da Associação, com a seguinte análise:

Descrição	31.12.18	31.12.17
Quantia inicial: com vida útil finita	31.871,07	30.886,33
Amortizações acumuladas iniciais	31.871,07	30.886,33
Quantia escriturada líquida Inicial	0,00	0,00
Adições	0,00	984,74
Diminuições	0,00	0,00
Amortizações	0,00	984,74
Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00

7. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2018, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

			Equipamento				AFT	
	Terrenos	Edifícios	Básico	Transporte	Administ.	Outros	Curso	Total
Quantia escriturada bruta inicial	58.018,17	4.646.745,87	195.411,01	93.097,42	332.290,86	386.146,04	1.107,00	5.713.785,17
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	1.117.356,91	169.222,42	93.097,42	331.986,00	330.641,63	0,00	2.002.313,38
Quantia escriturada líquida inicial	58.018,17	3.529.378,96	37.188,59	0,00	275,66	55.503,41	1.107,00	3.681.471,79
Acções	0,00	64.172,83	38.328,01	0,00	2.121,14	47.682,71	106.401,89	257.706,32
Diminuições		0,00						
Depreciações	0,00	110.024,27	15.396,36	0,00	2.239,97	42.122,45	0,00	170.783,06
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.213,57	64.213,57
Abates	0,00	35.005,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.005,53
Quantia escriturada líquida final	58.018,17	3.447.521,94	59.120,24	0,00	156,83	61.063,67	42.295,12	3.663.175,97

Em 2018, o volume dos investimentos ascendeu a cerca de 253 mil euros (em 2017: 195 mil euros), o que representa a um significativo esforço de melhoria das condições operativas das atividades da Associação. O aumento verificado de um exercício para o outro deve-se essencialmente às obras de requalificação das instalações da loja da Rua Tomás Ribeiro (16 mil euros) e do edifício sede do Centro Social (90 mil euros), bem como ao nível do "Equipamento básico" (64 mil euros) e dos "Outros ativos fixos tangíveis" (48 mil euros).

8. Clientes

No exercício findo em 31.12.18 e 31.12.17, a rubrica de clientes decompunha-se do seguinte modo:

Descrição	2018	2017	Variação
Clientes Gerais (i)	38.511,57	72.334,48	-33.822,91
Utentes Lar (ii)	68.988,85	66.870,93	2.117,92
Utentes Unidade Acamados (iii)	41.829,50	47.045,07	-5.215,57
Sub-total	149.329,92	186.250,48	-36.920,56
Perdas por imparidades acumuladas (iv)	-49.366,08	-51.881,57	2.515,49
Total	99.963,84	134.368,91	-34.405,07

(i) Clientes gerais: Saldos representados essencialmente por entidades ligadas a subsistemas de saúde;

(ii) Utentes Lar: Saldos representados por dívidas de utentes da Unidade Lar;

(iii) Utentes Unidade Acamados: Saldos representados por valores a cobrar de utentes da Unidade;

(iv) Clientes de cobrança duvidosa: Representado por serviços prestados e faturados a utentes do Lar e da Unidade de Acamados, cujos saldos se encontram vencidos com antiguidade significativa.

9. Outras Contas a Receber

Esta rubrica em 31.12.18 e 31.1.17, apresentava a seguinte composição:

Designação	2018	2017	Variação
Quotas (i)	26.658,75	8.213,50	18.445,25
IRS consignação 0,5% (ii)	15.420,82	0,00	15.420,82
Clientes gerais (iii)	15.240,00	52.602,79	-37.362,79
Utentes unidade Lar (iv)	6.327,45	3.474,46	2.852,99
Fornecedores- Rappel (v)	11.078,70	0,00	11.078,70
Donativos (vi)	2.320,00	3.632,00	-1.312,00
Total	77.045,72	67.922,75	9.122,97

(i) **Quotas**: Estimativa do valor a receber dos associados que se encontrava por cobrar no final do exercício;

(ii) **IRS Consignação 0,5%**: Valor de 2018 a receber em 2019;

(iii) **Clientes gerais**: Valores de serviços prestados em 2018 nas unidades de internamento e fisioterapia faturados no ano seguinte;

(iv) **Utentes unidade Lar**: Consumíveis de dezembro faturados a utentes no mês seguinte;

(v) **Fornecedores - Rappel**: Descontos de quantidade de 2018 obtidos em 2019;

(vi) **Donativos**: Valor obtido em 2019 relativo ao jantar de Natal de 2018.

10. Fundos Patrimoniais

A evolução desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 comparativamente a igual período do ano anterior, traduz-se no quadro que se segue:

Descrição	2018	2017	Variação
Fundo social	25.176,86	25.176,86	0,00
Resultados transitados (i)	871.494,45	1.910.397,18	-1.038.902,73
Resultado líquido do exercício	-30.171,96	111.565,27	-141.737,25
Outras variações nos Fundos Patrimoniais (ii)	3.668.175,97	2.773.802,42	894.373,55
Total	4.534.675,30	4.820.941,73	-286.266,43

(i) "Resultados transitados": A variação verificada deveu-se essencialmente aos seguintes aspetos:

- Aplicação do Resultado Líquido de 2017: (111.565,27) euros;
- Transferência para a conta de "Outras variações patrimoniais", de molde a adequar o saldo desta última conta ao valor dos investimentos subsidiados: 1.156.798,30 euros;

- Reconhecimento da realização da doação do valor do imóvel dada por via da sua alienação: (54.030,00 euros);
- Regularização do excesso da especialização dos valores a receber da unidade de internamento: 34.668,50 euros.

(ii) "Outras variações nos fundos patrimoniais": A variação apurada deu-se basicamente ao seguinte:

- Valor transferido da conta de Resultados de transitados, de molde a adequar o saldo da conta ao valor líquido contabilístico dos ativos fixos tangíveis subsidiados: (1.156.798,30) euros;
- Valor da imputação do subsídio ao investimento a resultados: (208.394,75 euros).

11. Fornecedores

Esta rubrica era representada pelas dívidas contraídas junto dos fornecedores gerais, provenientes da atividade corrente da Associação:

Descrição	2018	2017	Variação
Fornecedores c/c (i)	104.422,92	61.101,62	43.321,30
Aciantamentos a fornecedores	0,00	-1.983,07	1.983,07

12. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP)

A rubrica de EOEP encontra-se representada do seguinte modo:

Descrição	2018
Imposto sobre Valor Acrescentado (i)	47.431,99
Retenções de impostos sobre rendimentos (ii)	-13.471,77
Segurança Social (ii)	-16.323,50
Total	17.636,72

(i) Imposto sobre Valor Acrescentado: Representa o valor do imposto a recuperar das operações realizadas no decurso da atividade social da entidade, para as quais, no âmbito do regime de apoio às IPSS, há lugar a restituição do citado imposto pela aquisição de bens e serviços (2018: 30.099,66 euros e 2017: 17.332,33 euros)

(ii) Retenções de impostos sobre rendimentos e Segurança Social: Valores das Retenções de IRS e das contribuições para a Segurança Social do mês de dezembro de 2018 pagos em janeiro de 2019.

13. Outras Contas a Pagar

O saldo da rubrica "Outras Contas a Pagar", em 31.12.18, no valor de 148.203,48 euros, refere-se essencialmente às seguintes situações:

- Valores a pagar a fornecedores de investimento: 21.571,60 euros;
- Responsabilidades assumidas pela Associação, no valor de 111.767,74 euros, em consequência de direitos adquiridos pelo trabalho prestado pelos trabalhadores em 2018 a liquidar em 2019. (férias, subsídio de férias e respetivos encargos).

14. Réido

As receitas operacionais nos exercícios de 2018 e 2017, apresentam a seguinte composição:

Prestação de Serviços	2018	2017	Variação
Lar	1.129.800,37	983.081,70	146.718,57
Internamentos	449.480,06	602.021,98	-232.541,92
Serviços Fisioterapia	58.347,51	72.746,62	-14.399,11
Quotizações	167.161,25	152.765,80	14.395,45
Total	1.804.789,19	1.890.616,10	-85.826,91

Os rendimentos das valências Lar e Internamento incluem valores no total de 22 mil euros, respeitantes a serviços prestados no mês de dezembro que só foram faturados no exercício subsequente (janeiro). Esta especialização encontra-se evidenciada na rubrica do ativo "Outras Contas a Receber".

15. Subsídios e doações à exploração

Na demonstração de resultados encontram-se registados rendimentos, no valor de 57.740,00 euros, dos quais cerca de 54 mil euros respresentam a subsídios concedidos pelo Grupo Altice, com a finalidade de apoiar a atividade social corrente da entidade. Foram ainda obtidos apoios monetários por parte da Fundação PT (2.600,00 euros) e de entidades privadas (820 euros).

Relativamente aos subsídios recebidos (Fundo da ex- Caixa Previdência dos TLP) para a realização de investimentos, importa sublinhar que se encontram reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, ou seja, na conta de "Outras Variações nos

Fundos Patrimoniais", conforme determinam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL). Este tipo de apoio financeiro é subsequentemente imputado numa base sistemática e proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados, como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos mesmos. Em 2018, o valor imputado à conta de resultados "Outros Rendimentos e Ganhos" ascendeu a 171.080,53 euros (em 2017: 107.059,47 euros).

16. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado do seguinte modo:

Descrição	2018	2017
Existência inicial	0,00	0,00
Compras	82.966,16	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Existência final	14.608,23	0,00
CMVMC	68.357,95	0,00

Em junho de 2018 foi implementado o sistema de inventário intermitente para a contabilização das existências. Anteriormente as compras de materiais e produtos para armazém eram registadas como consumos no momento da sua aquisição.

17. Fornecimentos e serviços de terceiros (FSE)

A repartição dos FSE nos períodos findos em 31.12.18 e 31.12.17, foi a seguinte:

Designação	2018	2017	Variação
Serviços especializados (i)	528.755,39	512.951,71	15.803,68
Materiais (ii)	11.063,67	16.714,00	-5.650,33
Energia e fluidos (iii)	113.507,19	100.374,87	13.132,32
Deslocações, estadas e transportes (iv)	30.268,11	37.490,58	-7.224,47
Serviços diversos (v)	488.307,90	504.193,61	-15.885,71
Total	1.171.900,26	1.171.724,77	175,49

- (i) **Serviços especializados:** Gastos incorridos essencialmente com honorários (ex: médicos: 99 mil €; enfermeiros: 220 mil €; serviços de apoio à gestão: 77 mil €; prestadores de serviços 62 mil € e conservação e reparação de instalações e equipamentos: 49 mil €);
- (ii) **Materiais:** Refere-se sobretudo a gastos com as aquisições de ferramentas e utensílios e material de escritório;
- (iii) **Energia e fluidos:** Realçam-se as aquisições associadas ao fornecimento de energia elétrica (34 mil €), combustível para as viaturas (8 mil €), consumos de água (30 mil €) e fornecimento de gás (37 mil €);
- (iv) **Deslocações, estadas e transportes:** Destacam-se os encargos decorrentes de transportes e viagens de associados em diversas atividades de convívio;
- (v) **Serviços diversos:** Sobressaem os gastos com o fornecimento de refeições (283 mil €), serviços de limpeza (64 mil €), gases hospitalares (40 mil €), material de consumo clínico (34 mil €) e artigos para o bar social (20 mil €).

18. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal nos exercícios de 2018 e 2017, decomodem-se dos seguintes valores:

Descrição	2017	2017	Variação
Remunerações do pessoal	704.485,08	612.396,20	92.088,88
Encargos sobre remunerações	145.955,98	126.568,14	19.387,84
Seguros acidentes no trabalho	12.319,25	9.636,90	2.682,35
Outros	5.238,37	2.916,50	2.321,87
Total	867.998,68	751.517,74	116.480,94

O número de trabalhadores com contrato de trabalho, em 31 de dezembro de 2018, foi de 63 (2017: 58).

O acréscimo verificado na rubrica de "Remunerações do pessoal", decorre fundamentalmente da revisão dos vencimentos, da atualização da retribuição mínima mensal garantida e do aumento do número de trabalhadores.

19. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica nos períodos findos em 31.12.18 e 31.12.17, é conforme se segue:

Designação	2018	2017	Variação
Serviços sociais (i)	46.544,24	40.341,67	6.202,57
Outros rendimentos suplementares (ii)	10.338,00	10.438,00	-98,00
Descontos pronto pagamento obtidos	4.707,35	778,27	3.929,08
Reconhecimento subsídios ao investimento	171.080,53	107.058,47	64.022,06
Alienações (iii)	26.994,42	0,00	26.994,42
IRS Consignação de 0,5% (iv))	28.301,49	20.882,03	7.419,46
Correções de exercícios anteriores (v)	48.116,31	13.441,81	34.674,50
Outros rendimentos	49.987,50	55.458,40	-5.470,90
Total	386.069,84	248.396,65	137.673,19

- (I) **Serviços sociais:** Compreende essencialmente as receitas provenientes do bar social e da realização de cursos;
 - (II) **Outros rendimentos suplementares:** Receitas referentes à realização de convívios com associados;
 - (III) **Allenações:** Resultado da alienação de um imóvel (22.994,42 euros) e de equipamento (4.000,00 euros);
 - (IV) **IRS Consignação de 0,5%:** Valor obtido no âmbito da atribuição pelos contribuintes de 0,5% do IRS liquidado;
 - (V) **Correções de exercícios anteriores:** Compreende essencialmente as regularizações da imputação do subsídio ao investimento de 2017 (37 mil €);
 - (VI) **Outros rendimentos:** Ganhos decorrentes essencialmente da integração das existências e da obtenção de descontos de quantidade (franquia).

20. Outras informações

A AASPT em 31.12.18 não apresenta dívidas em mora à AT – Autoridade Tributária. A situação perante a Segurança Social encontra-se também regularizada, dentro dos prazos legalmente exigidos.

21. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de 31 de dezembro de 2018 e a da elaboração das demonstrações financeiras não foram conhecidos quaisquer acontecimentos subsequentes, com impacto significativo, que possam alterar a posição financeira da Associação de Apoio Social da Portugal Telecom.

As demonstrações financeiras do exercício de 2018 foram aprovadas pela Direção em 26.03.2019

O Contabilista Certificado

Martini da Clara
n. 19879

A Direção
Linha Postal
Casa de Correio
P. 18
Taubaté
Giranento